

Sábado, 26 de Setembro de 2026

Empresas de Apostas Esportivas Recorrem à Justiça Contra Possível Proibição no Brasil

Bets ameaçam processar governo por ressarcimento de outorgas e preocupam futebol brasileiro com fim de patrocínios

As operadoras de apostas esportivas legalizadas no Brasil se mobilizam para enfrentar judicialmente qualquer proibição que venha a ser decretada. O setor pretende solicitar reembolso das licenças conquistadas, movimento que poderia gerar um passivo significativo aos cofres públicos. Pedro Venceslau, analista de política da CNN, detalha os desdobramentos dessa questão no programa Hora H.

Conforme Venceslau explica, a indústria foi surpreendida pela possibilidade de banimento das plataformas. Cada operadora desembolsou R\$ 30 milhões em outorgas para funcionar regularmente no território nacional.

"Na eventualidade de o presidente Lula editar uma medida provisória ou até mesmo acelerar a aprovação de um projeto de lei em caráter emergencial, as empresas ajuizarão ações reivindicando esse montante de volta", apontou Venceslau. Com aproximadamente 80 bets em operação legal, o total a ser indenizado ultrapassaria R\$ 2,5 bilhões.



Fluminense, sobre possível fim das bets: "Mudança abrupta gera prejuízos"



Ala do PT tentou dissuadir Lula de acabar com as bets



Governo encaminha pendências com clubes antes de editar MP de veto a bets

Impacto Direto no Futebol Nacional

A ameaça de banimento gera preocupações substanciais no cenário futebolístico brasileiro. Venceslau aponta que a maioria absoluta dos clubes nacionais, abrangendo todas as divisões competitivas, mantém acordos de patrocínio com operadoras de apostas.

"No instante em que essa decisão for publicada no Diário Oficial, os contratos vigentes desaparecem automaticamente, incluindo os patrocínios integrados", complementou o especialista, fazendo referência a declarações anteriores do presidente do Flamengo.

Enquanto o Flamengo apresenta estrutura financeira consolidada, os clubes das divisões B, C e D dependem sobremaneira desses recursos financeiros para sua sustentabilidade operacional.

A consequência imediata para as agremiações mais vulneráveis seria desastrosa. Venceslau ressaltou que tanto as transações comerciais de atletas quanto a própria continuidade operacional de certos times ficariam comprometidas.

"Estabeleceu-se uma relação de dependência do universo do futebol em relação às plataformas de apostas e seus investimentos de marketing", observou. Mesmo a abertura de linhas de financiamento público por instituições como o BNDES não solucionaria a questão de maneira instantânea.

Fortalecimento da Clandestinidade e Vácuo Regulatório

Um terceiro aspecto salientado por Venceslau envolve a carência de uma estratégia efetiva para combater a atividade clandestina de apostas. Conforme sua análise, extinguir as operadoras legítimas poderia expandir o segmento não regulado, constituído por agentes que evadem a tributação e funcionam fora do marco legal estabelecido.

"O resultado seria impulsionar o segmento operado por quem não recolhe tributos e atua completamente desvinculado da estrutura regulatória", concluiu.